

Avaliação psicológica da criança em tempos de neurocultura e neoliberalismo: sua repercussão na escola

A psychological assessment of the child in times of neuroculture and neoliberalismo: its impact on the school

Evaluación psicológica del niño em tempos de neurocultura y neoliberalismo: su repercusión en la escuela

Fabíola Giacomini¹

Francisco Carlos dos Santos Filho²

Ângelo Vitorio Cenc³

Resumo

Propõe-se uma reflexão crítica inicial sobre as modificações no modo de avaliar crianças pela Psicologia na atualidade, na qual parece estar caindo em desuso o modelo de avaliação próprio da psicologia - o psicodiagnóstico - e, em lugar dele, estar assumindo ou o substituindo a avaliação neuropsicológica. Esta última é solicitada frequentemente por neurologistas, para onde, atualmente, crianças com alguma desordem ou desadaptação escolar têm sido encaminhadas pelas escolas e retornam diagnosticadas com transtorno do *neurodesenvolvimento*. A partir de uma postura hermenêutica-compreensiva, fundamentada na Psicanálise, Psicologia, Filosofia e Sociologia, objetiva-se enlaçar o tema às categorias de sujeito neoliberal, sujeito cerebral e neurocultura, problematizando a influência do DSM-V. Discute-se o sentido do acréscimo do prefixo *psico* à sexualidade, feito por Freud em 1905, desamarrando a sexualidade da suposta determinação biológica e, atualmente, o registro de uma espécie de retorno ao neurocentrismo. Ao final, propõe-se alternativas a partir do psicodiagnóstico interventivo e subjetivante.

Palavras-chave: avaliação psicológica; educação; neurocultura; neoliberalismo; psicanálise.

Abstract

A critical reflection is proposed on the modifications in the way children are assessed by Psychology today, in which the traditional psychological assessment model - psychodiagnosis - seems to be falling out of favor. In its place, neuropsychological assessment is taking over or substituting for it. The latter is frequently requested by neurologists, to whom children with some disorder or school maladjustment are currently referred by schools. These children return diagnosed with neurodevelopmental disorders. Employing a hermeneutic-comprehensive stance grounded in Psychoanalysis, Psychology, Philosophy, and Sociology, the aim is to link the theme to the categories of the neoliberal subject, cerebral subject, and neuroculture, problematizing the influence of the DSM-V. The text discusses the meaning of Freud's addition of the "psycho-" prefix to sexuality in 1905, untethering sexuality from alleged biological determination, and currently, the observation of a kind of return to neurocentrism. In conclusion, alternatives are proposed based on interventional and subjectivizing psychodiagnosis.

Keywords: psychological assessment; education; neuroculture; neoliberalismo; psychoanalysis.

Resumen

Se propone una reflexión crítica inicial sobre las modificaciones en la forma de evaluar a los niños por parte de la Psicología en la actualidad, en la que parece que el modelo de evaluación propio de la

¹ UPF, Passo Fundo/RS – Brasil. E-mail: giacomini.fab@gmail.com. ORCID: [0000-0001-9624-4859](https://orcid.org/0000-0001-9624-4859).

² UPF, Passo Fundo/RS – Brasil. E-mail: franciscocsantosf@hotmail.com. ORCID: [0000-0001-7868-2003](https://orcid.org/0000-0001-7868-2003).

³ UPF, Passo Fundo/RS – Brasil. E-mail: angelo@upf.br. ORCID: [0000-0003-0541-2197](https://orcid.org/0000-0003-0541-2197).

psicología, el psicodiagnóstico, está cayendo en desuso y, en su lugar, la evaluación neuropsicológica lo está asumiendo o sustituyendo. Esta última es solicitada con frecuencia por neurólogos, a quienes las escuelas actualmente remiten a niños con algún trastorno o desajuste escolar, y regresan diagnosticados con trastornos del neurodesarrollo. Desde una postura hermenéutica-comprensiva fundamentada en el Psicoanálisis, la Psicología, la Filosofía y la Sociología, se busca vincular el tema con las categorías de sujeto neoliberal, sujeto cerebral y neurocultura, problematizando la influencia del DSM-V. Se discute el significado de la adición del prefijo "psico-" a la sexualidad realizada por Freud en 1905, desvinculando la sexualidad de la supuesta determinación biológica y, en la actualidad, observando una especie de retorno al neurocentrismo. Al final, se proponen alternativas desde el psicodiagnóstico interventivo y subjetivante.

Palabras clave: evaluación psicológica; educación; neurocultura; neoliberalismo, psicoanálisis

Introdução

Propomos, com este ensaio, uma reflexão crítica inicial sobre as modificações no modo de avaliar crianças pela Psicologia na atualidade, que constitui parte de nossa pesquisa de doutorado. Tal modificação diz respeito ao fato de estar caindo em desuso o modelo de avaliação próprio da psicologia – a saber, o psicodiagnóstico – e, em lugar dele, estar assumindo preponderância, quase o substituindo, uma avaliação chamada de neuropsicológica. Cabe contextualizar que esta, em grande parte, é fruto de solicitação de médicos neurologistas, para onde, atualmente, as crianças com alguma desordem ou desadaptação escolar têm sido massivamente encaminhadas pelas escolas. No aspecto “para qual profissional” encaminhar uma demanda escolar, também reside uma modificação na atualidade: em geral, as(os) psicólogas(os) não têm feito parte do rol de profissionais considerados como primeira opção a receber, na origem, essas demandas, como já fora em tempos anteriores.

Essa problematização nasce de uma leitura crítica, a partir de nossa experiência de trabalho, que tem se dado em três eixos: a clínica psicanalítica de crianças, a avaliação psicodiagnóstica interventiva de crianças⁴ e o trabalho como psicóloga⁵ dentro de escolas públicas no Brasil. Também é fruto dos estudos relativos à medicalização e patologização da infância e sua repercussão na escola⁶, e sobre o novo neoliberalismo e a neurocultura. Desde esse lugar, acompanhamos o alastramento desenfreado da racionalidade neoliberal sobre os processos educativos, que conduz, entre muitos outros efeitos perniciosos, ao ataque ao ensino público e à privatização da educação, bem como aos excessos que resultam em medicalização e a patologização da infância e da educação. É nosso objetivo trazer elementos que nos permitam uma articulação inicial relativa à pergunta: como o neoliberalismo tem impactado os modos de conduzir e avaliar crianças pela psicologia atualmente? Consideramos essa uma discussão relevante atualmente, pois os resultados de uma avaliação psicológica, a partir do modo como é conduzida e entregue às famílias e

⁴ Coordenação e supervisão de equipe de trabalho em Psicodiagnóstico com crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental de uma Rede de Educação de um pequeno município brasileiro.

⁵ Nas escolas públicas, iniciamos o trabalho no 2003 e, em 18 anos, testemunhamos as modificações que são o ponto de partida de nossa problematização. Conhecemos um tempo no qual a expectativa e a demanda sobre a presença e a palavra da(o) Psicóloga(o) na escola não estava tão dirigida a dar diagnósticos nosológicos às crianças, tal como temos visto hoje, com a naturalização dessa prática.

⁶ Tema da dissertação de mestrado de Fabíola de Carli (2018), à qual remetemos o leitor interessado em aprofundar a problemática.

à escola produz efeito sobre a educação, a escolarização, a intervenção e a construção da identidade da criança.

Este ensaio se realiza a partir de uma posição hermenêutico-compreensiva dos materiais bibliográficos e fundamenta-se a partir da Psicanálise, da Psicologia, da Filosofia e Sociologia, enlaçando o tema à rede conceitual em torno da categoria de sujeito neoliberal, a produção do sujeito cerebral e da cultura *neuro*.

Refletindo sobre a importância crescente da avaliação psicológica na atualidade na vida das pessoas, apresentamos primeiramente as distinções teóricas entre as duas modalidades de avaliação clínica com crianças: psicodiagnóstica e neuropsicológica, discutindo, a partir da psicanálise freudiana, o sentido reducionista do prefixo *psico* estar sendo substituído pelo prefixo *neuro*. Marcamos que em cada uma das modalidades de avaliação há uma posição profissional distinta e uma teoria de base. Problematicamos o impacto do uso do DSM-5 na relação com a infância, que modifica as categorias diagnósticas e, pela primeira vez, inclui o prefixo *neuro* antes da palavra desenvolvimento ao caracterizar os transtornos graves na infância. Em seguida, apresentamos um conjunto de conceitos relativos à neurocultura e o vínculo com o sujeito cerebral e a racionalidade neoliberal, como ferramenta crítica frente à naturalização desse processo, pois ele não é sem consequências para toda uma geração de crianças e para a educação. Ao final, uma breve vinheta clínica permite-nos pensar possíveis desdobramentos de cada uma das posições avaliativas e seus efeitos sobre a subjetividade da criança em constituição e sua escolarização, que nos permite apresentar uma contribuição da Psicanálise para os modos de compreender e avaliar uma criança: o psicodiagnóstico interventivo e subjetivante.

1 Avaliação psicológica de crianças e o lugar da testagem

A origem da Psicologia como ciência e profissão esteve muito vinculada à avaliação psicológica, sendo a aplicação de testes uma de suas mais antigas áreas. Sua origem data do final do século XIX, e teve grande aplicação prática na seleção de soldados para as grandes guerras, o que foi um motivador para a criação de instrumentos e testes. Em geral, a avaliação psicológica é remetida, no imaginário popular e dos profissionais que dialogam com a psicologia, diretamente a realização de testagens psicológicas.

Os testes psicológicos são material de uso privativo da(o) psicóloga(o) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP)⁷ tem trabalhado intensamente no campo da avaliação psicológica para garantir a validade dos instrumentos para o uso da categoria⁸, com cartilhas, resoluções, notas técnicas e livros a respeito do tema, há mais de 20 anos. Traz preocupações com o uso ético, especialmente o uso que se faz da avaliação e dos testes, bem como suas repercussões para o futuro da sociedade e direitos humanos (CFP, 2010).

⁷ O Conselho Federal de Psicologia é uma autarquia de direito público, tem como uma de suas atribuições orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicóloga(o).

⁸ O CFP desenvolveu o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) para avaliar a qualidade técnico-científica dos instrumentos psicológicos e disponibiliza as informações para a categoria e para a sociedade (conforme Resolução CFP N° 31/2022).

Avaliação psicológica é um termo abrangente, que inclui todas as modalidades de avaliação, em todos os âmbitos de atuação. Dentre as diferentes modalidades possíveis, vamos conceituar as duas que são realizadas com crianças e que resultam na produção de laudo, que, com frequência cada vez maior, chega às escolas: o psicodiagnóstico e a avaliação neuropsicológica.

Essa conceituação será realizada a partir de duas fontes específicas: Jurema Alcides Cunha, em sua consagrada obra “Psicodiagnóstico V” e materiais publicados pelo Conselho Federal de Psicologia nessa área: Manual neuropsicologia: ciência e profissão (CFP, 2023), Cartilha neuropsicologia: ciência e profissão (CFP, 2022), Cartilha avaliação psicológica 2022 (CFP, 2022), Cartilha avaliação psicológica 2013 (CFP, 2013), Cartilha avaliação psicológica 2007 (CFP, 2007), Ano temático da avaliação psicológica: textos geradores (CFP, 2011), Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão (CFP, 2010).

Uma das preocupações que localizamos em todas as publicações do CFP, no tocante à avaliação psicológica, está ligada à assimilação de avaliação psicológica à testagem psicológica. Testes são apenas *um dos recursos* de uma avaliação. Contudo, tem sido comum encontrar laudos que contenham basicamente resultados de testes e escalas e fragilidade ou ausência de raciocínio clínico na compreensão dos dados, que são sobre um sujeito inteiro. “A avaliação psicológica deve considerar o contexto em que o avaliando está inserido, atentando para seus determinantes biopsicossociais” afirma o CFP (2022a, p. 11), reafirmando que a distinção entre avaliação e testagem não está superada.

Assim, o CFP expressa afirmativamente a necessidade de que o campo da Psicologia não só supere uma prática avaliativa que reduz a avaliação à soma dos resultados dos escores de baterias de testes, mas que também possa esclarecer a sociedade a respeito, para que não se fetichize o uso de testes na compreensão de um sujeito. Dimensionar bem o lugar dos testes é reconhecer que nem todos os constructos psicológicos podem ser medidos e quantificados de forma objetiva. Quando se avalia somente o que é quantificável, uma parte do sujeito fica de fora, e temos uma avaliação parcial de um sujeito, que, contudo, funciona como uma totalidade de si mesmo. Posição que pode ser muito problemática pois pode criar falsos-positivos, especialmente quando se trata de avaliar crianças, que estão em tempo de constituir-se psiquicamente.

A existência de uma epidemia de diagnósticos, atualmente, tem produzido situações em que a criança recebe diagnósticos distintos em avaliações diferentes. Também casos em que a criança “perde” o diagnóstico, ao ser reavaliada. Por exemplo, deixa de “ser” autista. Haveria como quantificar o nível de violência simbólica que experimenta essa criança, essa família e sua escola que é exposta a uma situação como essa? Haveria como reparar os danos para tantas vidas impactadas por falsos-positivos como esses?

À diferença de exames físicos laboratoriais ou de imagem, os “exames” que medem os fenômenos psíquicos, tanto psicométricos (quantitativos) quanto projetivos (qualitativos), ainda que tenham um bom nível de predição, não devem ser tomados ao pé da letra, pois, na ciência psicológica, resultados de testes não são garantia de precisão diagnóstica. Não

se pode excluir o subjetivo e o histórico que se atravessa na existência e produz singularidades a cada encontro, tanto da parte do avaliador como do avaliado.

Considerando que um laudo psicológico pode vir a ter um “peso” significativo na vida de um sujeito, definindo destinos, o cuidado com os resultados deve ser redobrado no tempo da infância, no tempo de ser criança e de estruturar-se psiquicamente.

A superação desse reducionismo (CFP, 2022a) implica pelo menos duas condições: 1) a capacidade de integração dos dados obtidos no processo de avaliação; 2) a consideração pelos determinantes biopsicossociais – não apenas aspectos individuais, do sujeito consigo mesmo, com seu cérebro, pois assim exclui a dimensão psicossocial.

2 Dois modelos clínicos de avaliação psicológica: o psicodiagnóstico e o neuropsicológico

Discutida a questão da testagem psicológica, vamos apresentar brevemente a diferença conceitual entre psicodiagnóstico e avaliação neuropsicológica. Não encontramos no site do CFP um documento específico que trate do psicodiagnóstico, embora ele faça parte da tradição psicológica desde seus inícios e é ensinado nos Cursos de Psicologia. Tampouco foi encontrada alguma consideração sobre por que ele não aparece nos documentos e cartilhas emitidos pelo CFP como objeto de discussão, nem por que essas modificações vêm ocorrendo. Parece haver uma naturalização, incorporada sem uma discussão mais detida com a categoria. Numa busca por pesquisas nos últimos 10 anos nessa área, em revistas científicas brasileiras, observamos que são raras. Contudo, há uma importante linha de estudos que trabalha o psicodiagnóstico na modalidade interventiva, como evolução da prática original (ANCONA-LOPES, 2013; BARBIERI, 2008), sendo a psicanálise uma das linhas teóricas que compõe essa corrente. Voltaremos a esse ponto do psicodiagnóstico interventivo.

Por essa razão, recorremos a Cunha (2014), em sua celebre obra *Psicodiagnóstico V*, como suporte para conceituar o psicodiagnóstico, a modalidade avaliação clínica realizada exclusivamente por profissionais da Psicologia. A autora situa que o psicodiagnóstico é uma avaliação específica, com propósitos clínicos claros. “Visa a identificar forças e fraquezas no funcionamento psicológico, com um foco na existência ou não de psicopatologia” (CUNHA, 2014, p 23). A classificação psiquiátrica não é seu objetivo fundamental, pois busca-se avaliar o funcionamento psicológico. Constitui, portanto, um processo científico, sistemático e limitado no tempo, com passos específicos a serem seguidos: utiliza técnicas e testes psicológicos, tanto para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, como para dar o diagnóstico e fazer o prognóstico. Também implica uma devolutiva dos resultados e propostas de soluções (CUNHA, 2014). Os dados de entrevistas, testes, horas de jogo são compreendidos a partir da história clínica e da história de vida, articuladas as hipóteses iniciais levantadas (Cunha, 2014). Como objetivos, podemos encontrar a classificação simples ou descritiva de uma capacidade, traço ou estado emocional; a classificação nosológica; o diagnóstico diferencial; a avaliação compreensiva ou entendimento dinâmico; a prevenção, identificando precocemente riscos;

o prognóstico; a perícia forense (CUNHA, 2014). O psicodiagnóstico é considerado uma medida de avaliação de um sujeito integral, sustentado por uma concepção teórica explícita que lhe confere confiabilidade (por exemplo, a teoria humanista, a cognitivista, a psicanalítica, para citar algumas).

A neuropsicologia, por sua vez, é uma modalidade avaliativa mais recente, reconhecida como campo de especialização pelo CFP em 2004. “Dedica ao estudo da relação entre as funções do sistema nervoso e o comportamento humano, utilizando, para tanto, conhecimentos e construtos teóricos relacionados a neurociências, a avaliação psicológica e a Psicologia do Desenvolvimento”⁹ (CFP, 2022b, p. 7). Diferente do psicodiagnóstico, como vemos, não há recomendação explícita a respeito de que a integração dos resultados se ampare numa teoria psicológica de compreensão do ser humano, ainda que a modalidade de avaliar deixe subjacente a teoria de base. A avaliação se dá sobre a relação cérebro-comportamento para a “aferição de diversas funções neuropsicológicas” (CFP, 2023, p. 9), através de entrevista clínica, observação, testes e tarefas neuropsicológicas, inventários e escalas.

O objetivo central é “descrever o funcionamento cognitivo, afetivo e comportamental atual do indivíduo, ressaltando suas áreas de forças e dificuldades” (CFP, 2023, p. 9-10), tendo o perfil neuropsicológico como resultado. Assim, é questionável se os afetos, apesar de citados como constructo avaliado, efetivamente recebem uma consideração apropriada e científica, pois esta é uma dimensão da vida humana rebelde, que não responde bem a testes métricos e escalas fixas. A verdade dos afetos não se deixa reduzir a eles. Para serem bem avaliados, os afetos exigem a consideração pela subjetividade, que não é padronizável nem quantificável, mas passível de compreensão e interpretação. A produção dos “dados afetivos” implica a modalidade do encontro de pelo menos duas subjetividades (do avaliador e do avaliado), e mostra uma faceta menos controlável e predizível do humano. Os afetos ofertam dados de caráter subjetivo, que não tem o mesmo valor para os defensores da “única” psicologia dita “científica”¹⁰. Assim, a avaliação neuropsicológica tende a se destinar mais a rastrear distúrbios cognitivos, que são os acessíveis à mensuração, e descrever os danos às funções superiores que, conforme Cunha (2014), surgiriam em consequência de alterações cerebrais, transtornos psiquiátricos ou patologias orgânicas. Esta é uma postura que tende a biologizar o cognitivo, buscando engolfar, junto dele, os afetos, sustentado no discurso de que só seria científico o que pode ser comprovado por ter sido medido, o que constitui uma falácia.

⁹ As teorias educacionais não estão entre as ciências que fundamentam o campo da neuropsicologia, ponto que interessa ao discutirmos a inserção da(o) neuropsicóloga(o) na educação, a partir da neuroeducação.

¹⁰ Aqui abre-se uma perspectiva epistemológica ampla, que é constitutiva da própria psicologia, e que não poderá ser adequadamente discutida nesse artigo. Contudo, a título de esclarecimento, há uma forte tendência, amparada na ciência positivista, de assimilar verdade científica com evidência. Logo, resultados de testes quantificáveis poderiam ser tomados como evidências, verdades científicas de uma condição humana concreta sobre a qual intervir. Desde essa posição, uma psicologia que atende o sujeito integral, total, sem fatiá-lo em constructos, nunca alcançará tal “positividade” científica, pois sustentará suas ações na epistemologia das Ciências Humanas. Para aprofundamento, recomendamos a leitura de *Matrizes do pensamento psicológico* (FIGUEIREDO, 2012).

Um ponto decisivo que queremos destacar é que a efetiva consideração das relações da criança com as pessoas significativas de seu entorno não é o objeto da avaliação: a criança na relação com seu cérebro tem prevalência sobre o modo como estabelece laços afetivos e vínculos e o quanto desses modos de relação contribuem com a enfermidade psíquica pela qual a criança padece¹¹. Isto dá à avaliação neuropsicológica um caráter individualizante, ou seja, localiza na criança e em seu cérebro toda a problemática, desarticulando, para a criança, o tripé que é tão valorizado pela Psicologia: o biopsicossocial.

Assim, compreendemos que uma avaliação neuropsicológica tem seu valor, e tem uma aplicabilidade bem específica. Contudo, solicitá-la de maneira irrefletida, tal como se fosse um exame de sangue, traz consequências, pois produz expectativas sobre o presente e o futuro dessa criança, a partir de uma avaliação parcial e reducionista.

3 A passagem do psico ao neuro: reducionismo e retrocesso

Na passagem do psicodiagnóstico ao neuropsicológico, o prefixo “neuro” parece ser determinante de uma espécie de subordinação do campo psíquico ao neurológico. Foi justamente a necessidade de fazer o caminho inverso, que levou Freud, no início do século XX, a acrescentar o prefixo “psico” antes de “sexual” ao descrever a “psicossexualidade”. Fazendo o pensamento reverso, que nos parece absurdo, é de perguntarmos: o que se passa que, com todos os avanços das neurociências, ainda não ousamos criar, com o prefixo “neuro”, uma neurosexualidade? Entender o lugar dado ao “psico”, por Freud, nos permite avançar nessa discussão.

No texto *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905, Freud traz perspectiva inédita da sexualidade humana, que dessamarra a sexualidade dos ciclos biológicos e de sua exclusiva expressão corporal ou instintual. Uma ideia revolucionária por que marca que há uma diferença entre descarga orgástica, corporal, e o prazer, ligado à satisfação, que confere à sexualidade humana uma característica interiramente singular, ligada ao desejo, ao prazer, ao pulsional: seu componente psíquico. Por isso, Freud chama de psicossexualidade e assim justifica:

O conceito sexual envolve muito mais na Psicanálise; (...) ele vai além do sentido popular. Essa ampliação tem justificativa genética¹²; julgamos ser parte da “vida sexual” também todas as atividades de sensações carinhosas que se originaram da fonte das moções sexuais primitivas, mesmo se essas moções experimentam um bloqueio de seu objetivo sexual original ou se elas trocaram esse objetivo por outro, não mais sexual. Por isso, também preferimos falar em *psicossexualidade*, enfatizando que não se deve esquecer nem subestimar o fator anímico da vida sexual. Utilizamos a palavra “sexualidade” no mesmo sentido amplo em que na língua alemã se usa a palavra “amar” [*lieben*] (FREUD, 1910/2020, p. 83).

¹¹ Esse é um diferencial possível de ser produzido num psicodiagnóstico interventivo, que abordaremos adiante, e implica a consideração pela intersubjetividade.

¹² Freud usa o termo “genético” remetendo a seu significado na língua grega, relacionado às *origens*, e não como atualmente se compreende a genética, ligada ao estudo biológico dos genes.

A sexualidade, que até ali era matéria de médicos e sexólogos, obcecados em pesquisar e classificar as práticas sexuais adultas a partir de uma lista infundável de anomalias e aberrações sexuais (ROUDINESCO; PLON, 1998), passa a ser compreendida como não restrita aos genitais, tendo uma origem bem anterior, na infância¹³. Essa é a noção ampliada de sexualidade, que inclui todas as experiências de prazer, em todos os momentos da vida. A libido, retirada do jardim das delícias da sexualidade genital e corporal adulta, é inscrita “como componente central de um Eros enfim reencontrado, o do amor platônico, simultaneamente desejo, sublimação e sexualidade em todas as suas formas humanas” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 474).

Essa dimensão mental, psíquica, pulsional, que nos difere dos animais, nasce a partir da instauração do desejo, fruto da vivência de satisfação experimentada desde os inícios da vida, provinda da vida de relação com o semelhante humano (FREUD, 1895/1996). A libido, principal determinante do psiquismo humano, é a manifestação da pulsão sexual na vida psíquica e sintetiza a força vital que coloca tudo em movimento.

A retirada do prefixo *psico* e sua substituição pelo *neuro*, traz consigo a marca de um reducionismo ao fisiológico e a um corpo sem a marca da pulsão. O que vemos atualmente é um retrocesso ao neurocentrismo. Quando as distinções entre o psíquico e o cérebro ficam apagadas, e se estabelece uma hegemonia do cerebral, ou neurológico, temos a marca daquilo que Ehrenberg (2009) denominou, a partir de uma compreensão antropológica de nossa cultura, como a cultura do sujeito cerebral.

4 DSM-5 e as classificações diagnósticas hegemônicas na infância: reflexões

A quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, o DSM-5 (APA, 2013), que pauta a grande massa das dificuldades graves do desenvolvimento infantil, estabeleceu pela primeira vez o quadro “transtornos do neurodesenvolvimento”, que condensou o que anteriormente era classificado como “Perturbações que aparecem habitualmente na primeira e na segunda infâncias ou na adolescência”. Observamos aqui a inclusão do prefixo “neuro” antes de desenvolvimento, modificação radical que, curiosamente, ao contrário da postura científica freudiana, não justifica seus motivos, nem seus fins. Apenas afirma estar embasado na evolução de pesquisas nas áreas biológicas da neurociência, neuroimagem, genética, como se isso fosse condição suficiente no que tange à produção de ciência. O manual descreve que transtornos do neurodesenvolvimento são um grupo de condições com início no período do desenvolvimento, e se caracterizam por “déficits no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional (APA, 2013, p. 31).

¹³ Segundo Freud, a sexualidade infantil está ligada às experiências infantis vividas no próprio corpo, como a sucção, a alimentação, as brincadeiras com o corpo, a defecação, a masturbação, como fontes de prazer auto-erótico, e se organiza em torno da “disposição perverso-polimorfa”, das zonas erógenas e do exercício pulsional. A pulsão sexual nasce no corpo, e apoia-se inicialmente nas funções que preservam a vida. Somente depois torna-se independente dela e subsiste como registro no psiquismo sob a forma de marcas de desejo, que movem em direção à repetição e irão ter papel na determinação dos destinos do sujeito.

Estaria o prefixo *neuro* antes de “desenvolvimento”, naturalizando, de forma indevida, uma prevalência do biológico sobre o desenvolvimento? Dunker (2018) afirma que o DSM-5 faz um rompimento com qualquer tradição psicopatológica que intente pensar o diagnóstico a partir de uma hipótese que articule variantes e contextos sociais em sua determinação, nem que dê algum nível de inteligibilidade ao conjunto de signos que se expressam como sofrimento, acompanhado de fundamentação em uma filosofia do sujeito, com suas implicações éticas e epistemológicas. Contudo, afirma o autor, o DSM não é isento dessas implicações teóricas, mas elas jamais serão assumidas. “O centro dessa problemática é deslocado para o campo genérico da fundamentação das ciências biológicas” (DUNKER, 2018, p. 318).

O efeito disso é o rompimento com a racionalidade que liga a patologia mental com os modos de subjetivação de cada época histórica. Também parece não considerar a totalidade dos desdobramentos das descobertas na área da epigenética e neuroplasticidade, que dão suporte para pesquisas psicanalíticas sobre estruturação psíquica precoce, que, sustentando a distinção entre maturação, crescimento e desenvolvimento, reconhece o entrelaçamento decisivo dos fatores biológicos e ambientais na produção da psicopatologia, na medida que o ambiente pode ser organizador ou desorganizador do desenvolvimento. Se a subjetividade não se constrói sem um cérebro, tampouco ela brota somente por que o cérebro funciona bem.

É digno de nota que na infância, a via privilegiada de comunicação é o corpo. Isso é uma característica da infância, e não da patologia, pois os recursos simbólicos, sustentados pela linguagem e pela fala, ainda não estão amplamente desenvolvidos. Assim, quando algo não está bem com a criança, é no gesto corporal espontâneo, que isso se anuncia/denuncia aos olhos do adulto, que o lê como comportamento. Quanto menor a criança, mais necessita do outro para traduzir o que se passa consigo. Quanto menor a criança, maior a mobilidade da formação psicopatológica que apresenta.

O modelo de leitura clínica do DSM-5 em termos de neurodesenvolvimento induz a atrelar toda a psicopatologia da primeira infância com problema de origem neurológica, tornando invisível o nexo de dependência da patologia mental com os modos de subjetivação e de socialização, ainda que ele exista (DUNKER, 2018). A lógica é a de que sofrimento e o conflito psíquico, que sempre guarda uma dimensão de resposta ao outro social, é apagado e extirpado do campo, para dar lugar à categorização sintomática e dimensional, em níveis dentro do espectro, que resulta no afrouxamento das categorias diagnósticas, borrando as fronteiras do normal e do patológico (FRANCES, 2016; VASEN, 2011). O atual aumento de diagnósticos em crianças está diretamente relacionado à modificação no padrão diagnóstico, e é uma das causas da medicalização e patologização da infância (DE CARLI, 2018).

O modelo de descrição e categorização proposto no DSM-5, nos alerta Safatle (2021), segue a tendência assumida fortemente a partir do DSM-III, que surgiu após a ascensão do neoliberalismo, na década de 70, em nome de uma defesa de um tal “salto tecnológico”, com o advento da farmacologia. O rompimento profundo com o sofrimento do sujeito é alienante pois rompe também com o que dá lugar à “consciência da dimensão

conflitual dos processos de socialização próprios da sociedade capitalista” (SAFATLE, 2021, p. 34). Nesse sentido, o DSM não pode ser considerado um manual “neutro”, pois essa modalidade de diagnosticar o sofrimento “retira [do sofrimento] seu potencial crítico e emancipatório” (SILVA JUNIOR *et al.*, 2021, p. 166), levando à individualização e ao silenciamento.

Logo, pela via da biologização, a perspectiva hegemônica de diagnóstico e de intervenção clínica oculta a influência do sistema de valores da cultura e do tempo em que vivemos, fazendo-nos acreditar que estamos diante de tipos clínicos naturais, e, por consequência, não há por que considerar a complexa teia dos sistemas de influência que inclui a cultura, a moral, a política e a racionalidade econômica (SAFATLE, 2021). A seguir, realizamos um breve diagnóstico de nossa época, que contempla qual sistema de implicação constante vivemos hoje, a partir de aspectos antropológicos, sociológicos e educacionais. Acreditamos que uma leitura crítica da sociedade atual faça sentido, para que essa discussão não caia no “lugar comum” de ser acusada de estar contra os avanços da “ciência psicológica” ou de ser retrógrada.

5 Neoliberalismo, neurociências, neurocultura e neuroeducação

Vivemos numa sociedade impregnada pelo neoliberalismo. Dardot e Laval (2016) o descortinam de forma impactante ao descrevê-lo como a “nova razão do mundo”. Com isso, afirmam que o neoliberalismo é muito mais que uma política econômica, ou um sistema ideológico, como é tomado por vezes. Propor o neoliberalismo como uma “razão” faz-nos perceber que ele nos alcança intimamente como uma racionalidade, alcança nossa subjetividade e nos influencia de forma tão silenciosa e incisiva, que nos coloca a pensar e desejar sob o empuxo neoliberal, ou seja, “estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 07).

Alcançar nossa subjetividade e nosso desejo significa que se infiltra em nossa vida prática e se naturaliza de tal forma, que nos sentimos livres em nossas ações e decisões, embora a razão delas é impulsionada pelos pressupostos empresariais. Empresários de si mesmo, como chamam Dardot e Laval (2016, p. 321) ao “sujeito neoliberal”. A premissa das relações é a competição irrefreada e predatória, que leva a um esforço contínuo voltado ao desempenho e à performance pessoal, e tem, no coração do processo, como efeito, o individualismo acrítico e alienado.

Para Cenci e Petry (2020), o traço fundamental da lógica neoliberal, é a criação de um sujeito atomizado, ou seja, que perdeu a noção de conjunto, a noção de que um *si mesmo* não se constitui sem o outro, que se estrutura de forma individual, solitária e independente dos demais, imaginando ser possível “viver juntos sem o outro” (LEBRUN, 2008). Nessa lógica, o sujeito não deve nada a ninguém, alimentando um perigoso tipo de individualismo narcisista, sustentado numa fantasia de autoengendramento. Dever algo a alguém, no sentido simbólico, reflete um sentimento de dívida imaterial, que brota do reconhecimento de que, poder ser quem se é, implica ter recebido algo de alguém. Se trata

da prioridade do outro como fundamento da condição humana, bem descrita por Freud em uma passagem lapidar, encontrada no texto *Psicologia de grupo e análise do ego*:

Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social (FREUD, 1921/1996, p. 81).

Com Freud, compreendemos que a existência da individualidade humana somente se produz no laço social. A apropriação e a interiorização dessa experiência com o outro, estruturante do psiquismo, tem no mecanismo de identificação um elemento chave para a constituição do *eu* (Freud, 1910/1996). Sendo a cultura indissociável da constituição subjetiva, o sujeito neoliberal, aderido aos ideais cabíveis para uma empresa, numa ascese voltada ao desempenho e à eficácia no domínio de si, busca fabricar-se para si mesmo um *eu* cada vez mais eficiente e competitivo, impulsionado por ferramentas gerenciais de avaliação de resultados, que o estimula a tomar o semelhante como rival com quem competir de forma predatória. Diferente do cultivo de si foucaultiano, produz o desenvolvimento de um eu produtivo, que exige sempre mais de si, cujos problemas são individualizados e remetem sempre a problemas de domínio insuficiente de si (DARDOT; LAVAL, 2016). Nessa lógica neoliberal, o laço social, paradoxalmente, passa a não ter nada a ver com os problemas individuais: cada um por si o que é, em si mesmo, dessubjetivante. Essa noção, aplicada ao tempo da infância, casa bem com um modelo de avaliação que, na prática efetiva, individualiza na criança toda a dificuldade, desenlaçando o sofrimento da criança do seu contexto social, e atribuindo as dificuldades a causas neuroquímicas, tal como sugere o DSM-5.

Uma avaliação que parte de pressupostos neoliberais não busca saber efetivamente como se dá profundamente as relações intersubjetivas da criança com seus adultos, e como os comportamentos se retroalimentam numa relação de carne e osso, como é a relação parental e pedagógica diária. Não há consideração pela singularidade de cada criança, que em psicologia, é a base das práticas de cuidado e dos processos de subjetivação. A racionalidade neoliberal embasa práticas que consideram ser suficiente que o contato da psicóloga com a escola, no processo de avaliação psicológica da criança, se dê através da resposta a protocolos de rastreamento de transtornos mentais, os quais são inspirados nos critérios diagnósticos do DSM-5. E que a devolutiva, passo final do processo avaliativo, possa prescindir de um encontro efetivo com a escola e com a professora da criança, para entrelaçar as percepções com os processos educativos.

Vale destacar, conforme sustenta Safatle (2021, p. 32), que a “generalização da forma-empresa é, ao mesmo tempo, a descrição das formas hegemônicas de violência no interior do laço social”. A competição individualista e predatória, naturalizada como um valor, suplanta a construção dos laços de solidariedade e desarticula o laço fraterno, que é um dos elementos de coesão social. Além disso, o autor sustenta que, desencaminhada da dissolução de conflitos, a própria psiquiatria, focada no aperfeiçoamento adaptativo e retroalimentando o consumo, organiza-se como “um campo de efetivação do projeto

neoliberal” (SAFATLE, 2021, p.166), demonstrando, assim, a inquietante “inseparabilidade entre ciência e política” (STENGERS *apud* SAFATLE, 2021, p. 167).

Assim, é preciso pensar sobre o lugar que tem assumido hoje as neurociências¹⁴ e o uso que se tem feito delas, bem como seu desdobramento como uma neurocultura, que se multiplica em disciplinas que se atribuem o prefixo *neuro*. Conforme os estudos de Ortega e Vidal (2007), hoje nossa cultura incorporou discursos, imagens e práticas das neurociências, que nos levam à nos autocompreendermos como “sujeito cerebral”. A partir desse imaginário social, deixamos de nos perceber como seres sociais, de relação e de linguagem, influenciados e influenciadores (EHRENBERG, 2009; ORTEGA; VIDAL, 2007), e concedemos ao cérebro lugar de ator social e definidor da nossa identidade. Esta noção produz e reforça, no imaginário social, a biologização do comportamento, que incorpora como verdade que a cerebralidade é o que realmente nos define enquanto ser humano. “Esta ideia é igualmente comum entre psicólogos cognitivistas que ‘redescobrem’ o cérebro como objeto da psicologia” (EHRENBERG, 2009, p. 187), e tem, como consequência, um achatamento do espaço psicológico interno de cultivo de uma experiência consigo mesmo mais densa. Um diagnóstico antropológico de nossa época ressalta que esta é uma visão reducionista de subjetividade, sustentada por uma empolgação acrítica com os avanços das neurociências (ORTEGA, 2009).

Conforme Ortega (2009), como consequência a neurocultura emerge na mídia e oferta de uma série de práticas de si cerebrais, neuroascese ou autoajuda cerebral, que vão se desdobrando em técnicas que prometem maximizar a performance cerebral. Esse tecnicismo, convertido em promessas terapêuticas ou de desempenho cerebral, tem se apropriado de uma linguagem neurocientífica, que, em muitos casos, está mais em busca de legitimidade e tem servido mais para abrir novos mercados, construindo-se em um neuronegócio amplo e lucrativo. “Práticas neuroascéticas contribuem para colocar essas subjetividades normativas no centro da sociedade neoliberal, permitindo ao estado e aos outros atores governarem a distância e governarem mediante a liberdade dos indivíduos” (ORTEGA, 2009, p. 256).

Os discursos sobre o cérebro também têm dado lugar à neuroeducação, que, segundo Charlot (2020), traz pesquisas legítimas, mas que devem ter reconhecido seu justo lugar para que sejam realmente úteis para o campo denominado *ciências da educação*, tal como contribuem a psicologia, sociologia, história da educação, didática. Para o autor, as neurociências são bem aplicadas quando puderem dar suporte pedagógico em situações ligadas a lesões, perturbações cerebrais ou deficiências, ou para esclarecer o bom funcionamento do cérebro nas situações cotidianas, que favorece as aprendizagens. As neurociências, aplicadas diretamente para validar uma forma de educação é perigosa e significa “instrumentalizar as pesquisas em neurologia de forma abusiva” (CHARLOT, 2020, p. 94) o que leva a um neurocharlatanismo, denunciado pelos próprios pesquisadores em neurociências.

¹⁴ Neurociências referem-se a um conjunto de disciplinas, técnicas de investigação e de temas de pesquisa em torno de um projeto multidisciplinar cujo objeto é o cérebro humano e seu funcionamento. O projeto tem recebido, desde as décadas de 60-70, altos aportes financeiros, institucionais e intelectuais para seu desenvolvimento, especialmente nos EUA, França e Reino Unido (FREITAS-SILVA; ORTEGA, 2014).

Analizando publicações da área da neuroeducação, Charlot (2020) demonstra as fragilidades epistemológicas dessa prática educativa, que se revela em três processos: 1. torna os valores humanos simples efeitos neuronais; assim, para se legitimar, precisa deixar de fora “a diversidade social e cultural dos alunos, a adesão aos valores, opções educativas de dimensões éticas e sociopolíticas” (CHARLOT, 2020, p. 101). 2. Apropria-se do discurso da neurociência para uma legitimidade científica, que em si é intimidatória, pois traz conclusões pseudo-pedagógicas. O que se revela é uma propaganda baseada em tecnicismo abusivo, como estratégia de venda de materiais pedagógicos. 3. Reduz educação à aprendizagem e, desta, ao funcionamento neuronal, pois, para funcionar, precisaria extirpar do campo educativo o desejo de aprender, que é a mola propulsora de todo o aprendizado e “o principal problema que deve resolver qualquer professor” (CHARLOT, 2020, p. 101). Retira do campo educativo seu motor, o elemento de implicação humana do professor com sua tarefa de transmissão, e que Freud (1905/1996, p. 183), no contexto da sexualidade infantil, chamou “pulsão de saber”.

Este é um ponto fundamental, o eixo de todo o processo de desenvolvimento intelectual da criança e suporte de sua escolarização. O desejo de saber¹⁵ implica uma posição ativa da criança em investigar, que segundo Freud (1905/1996), surge no lugar da satisfação direta dos desejos, ou seja, da sexualidade infantil perverso-polimorfa, sobre a qual devem ser construídos os diques. O fundamento está na relação de prazer compartilhado com o semelhante e no reconhecimento recíproco, tal como afirma Cezar (2020, p. 117): “isso se dá pelo devido reconhecimento do semelhante, pelas renúncias estruturantes e quando a liberdade individual fica limitada pela noção da existência do território do outro”. Logo, não há técnicas que produzem desejo de saber, tampouco é possível localizá-lo no cérebro para que, treinando como um esportista de ponta, o desejo advenha. A crítica de Charlot (2020) aponta que a neuroeducação não faz um descaso com o social, mas propõe uma inversão dessa condição ao afirmar que questões sociais seriam resolvidas individualizando os problemas, pela otimização das questões cognitivas, como a melhora das funções executivas e das funções que regulam a atenção e a memória. Ela “ignora que o desejo de aprender, o sentido da situação de aprendizagem e o próprio prazer que pode ser encontrado são construídos em uma história ao mesmo tempo social e singular” (CHARLOT, 2020, p. 103). Individualizar os problemas associa-se às lógicas neoliberais de desempenho e da concorrência que rege nossa sociedade e alcança e impacta as infâncias de nosso tempo.

Parece haver uma aproximação clara entre neuroeducação e a avaliação neuropsicológica aplicada aos problemas escolares. Há uma suposição de que exista na criança um desejo natural por aprender que pode ser acessado desde que o modelo atual de educação seja substituído “por um ensino que respeite as leis neurocerebrais fundamentais” (CHARLOT, 2020, p. 103). Talvez esse também seja o espírito de uma

¹⁵ A criança é atraída pelos problemas sexuais, em tempo bastante precoce e de forma intensa, e, curiosa, pergunta-se sobre si mesma e sobre o mundo, como resultado de uma evolução sublimada das pulsões de domínio e de olhar. Assim ela avança na construção de sua capacidade de pensar, de amar e de aprender. Esse é um trabalho psíquico que se dá a partir da relação dela com os adultos, que serão o suporte humano (psicossocial) para o desenvolvimento das estruturas superiores de pensamento e para a escolarização.

neuropsicologia que se pretende aplicável à educação¹⁶ (CFP, 2022b). Ambas, ao não se apropriarem da tradição teórica educacional, tendem mais a posturas colonialistas sobre o campo da educação, do que capazes de dialogar e pensar como contribuir com os profundos problemas educacionais contemporâneos.

Aqui, fica demonstrado um forte vínculo entre neurocultura e neoliberalismo. Conforme Dalbosco, Santos e Cezar (2022), numa articulação entre neoliberalismo, formação humana e ética freudiana, o efeito perverso que leva ao predomínio da indiferença no interior dos laços humanos e apagamento do outro enquanto semelhante, favorece ao estabelecimento de relações humanas cada vez mais instrumentais, objetalizantes, cujo efeito é a dessubjetivação. Segundo os autores, um recurso para fazer frente a tais processos pode ser encontrado na postura ética freudiana, baseada no reconhecimento do semelhante, cujo princípio é a inclusão do semelhante e a construção de experiências coletivas, único caminho para enfrentar a fragmentação subjetiva a que o sujeito neoliberal experimenta, sustentado pelo narcisismo humano desmesurado.

Desde essa posição ética, propomos um caminho alternativo, desde a psicanálise, para pensar a avaliação da criança. Caminho que considere a preservação da infância e de seus tempos de estruturação psíquica da invasão da racionalidade neoliberal, e que possa chegar à escola de forma a contribuir efetivamente com o sustento da função simbólica do professor e com o acolhimento e trabalho pedagógico com a criança com dificuldades, que considere o cultivo de sonhos, bem como o potencial subjetivante e transformador da educação.

6. Algumas considerações e desdobramentos a partir da Psicanálise

Apresentar aspectos que levantam questões sobre uma prática hegemônica certamente é uma tarefa complexa, mas necessária. O modo como se tem conduzida a *neurologização* das dificuldades das crianças, tanto pelos médicos, por profissionais da psicologia, pelas escolas e pelos pais, precisa ser, no mínimo, discutido e problematizado. Temos toda uma geração de crianças, o ponto mais frágil, à mercê desse processo.

Pensamos agora desde uma experiência concreta. Consideramos ser desde um lugar dessubjetivado que uma criança de 9 anos, numa primeira consulta conosco, responde assim ao nosso convite para dizer algo sobre si mesma: “eu sou bipolar”. Considerando a discussão levantada anteriormente, podemos pensar que é possível que muitos profissionais da psicologia entendam sua resposta numa perspectiva cognitivista, como uma qualidade de consciência dessa criança com sua condição “real”, e que saber seu diagnóstico seria o ponto de partida necessário para sua melhora. Outros, com formação humana e psicanalítica, irão se inquietar. Talvez se comover, diante do empobrecimento do mundo psíquico dessa criança, a partir de uma genuína preocupação sobre o quanto os desajustes comportamentais, plasmados em um diagnóstico

¹⁶ Conforme a Cartilha de Avaliação Neuropsicológica (CFP, 2022b), citada anteriormente, há um campo recente em desenvolvimento chamado Neuropsicologia Escolar e Educacional.

psicopatológico, podem servir como um espelho identificatório, limitante para a organização de sua nascente identidade.

Nesse exemplo, o segundo grupo pode reconhecer os efeitos da patologização da infância em curso, permeada pela neurocultura, naturalizada na frase: “eu sou meu transtorno”. A patologização aparece quando a criança é olhada de forma plana e superficial, e o que se destaca em primeiro plano nessa avaliação são comportamentos. O objetivo da psicóloga que avalia, pela lógica neurocêntrica, passa a ser “testar, para quantificar e definir a qual categoria de transtorno os sintomas melhor se ajustam”, relacionando e listando quais déficits cognitivos ela tem. O passo seguinte, apesar de que saibamos que existem outras dimensões importantes, ligadas aos vínculos afetivos e a sua história, para os quais ela responde com sua forma de existir, é listar os comportamentos desajustados/deficitários e correlacioná-los a sintomas de quadros psicopatológicos. O efeito mais direto disso é localizar na criança todo o problema: isolamos ela de seu contexto relacional para explicar o que ela tem, tal como o médico, que faz a assepsia do campo antes da operação, para evitar contaminação. Conseguimos observar também a medicalização dos processos psíquicos em curso.

Assim, ficamos induzidos ao erro de minimizar a importância das relações da criança com suas pessoas importantes, na composição da produção dos conflitos e sofrimentos que a acometem e se manifestam em comportamentos. E o laudo chega até a escola, com uma hipótese diagnóstica, ou com o diagnóstico fechado, incluindo as recomendações sobre como “trabalhar” ou “treinar” crianças que tem o tal transtorno. Individualizamos a dificuldade. Desresponsabilizamos o adulto experiente de sua função primordial e prioritária: pais e professores, ambos destituídos de suas funções ordenantes e humanizantes, pois para problemas cerebrais existem os medicamentos e as terapias, feitas pelo especialista. A individualização e responsabilização da criança por seu sofrimento (você é bipolar) constitui-se uma grave desarticulação da rede biopsicossocial. Seu resultado é a solidão.

Dar primazia à relação do sujeito com seu cérebro na compreensão da dificuldade da criança é reducionista na medida em que ela atende bem ao quesito “bio”, mas produz como efeito a descaracterização do lugar do psicossocial na produção dos desajustes. A individualização neoliberal das dificuldades não é sem consequências para o porvir dessa criança, que amplia sua solidão frente ao que tem que dar conta dentro de si mesma e que, para isso, precisa desenvolver recursos internos. Ela desvia a criança das condições de simbolização do vivido e inscrito na memória, que é construído na relação intersubjetiva¹⁷ com seus outros significativos. Isso tende a produzir, na vida psíquica, consequências que, “a olho nu”, podem passar despercebidas pelos adultos em seu entorno. Para estes, são quase imperceptíveis, pois colocam para a criança desajustada que o problema é dentro dela, em seu cérebro, e que o entorno pouco pode fazer de efetivo, que não seja propor treinos cognitivos para que se ajuste. A sexualidade infantil e o desejo da criança, elemento

¹⁷ É preciso distinguir relação intersubjetiva, sujeito-sujeito, onde há a consideração pela criança como sujeito saber e de desejo, com uma história singular, de uma relação sujeito-objeto, voltada a avaliar para indicar a melhor forma de adaptar seu comportamento à cultura neoliberal.

fundante e fundamental da constituição psíquica, cai em desconsideração, que, ao contrário, é o que realmente lhe traria potência para se articular em torno de si, mesmo como alguém com valor. Toda criatividade brota disso.

A articulação e a consideração com a vida de relação da criança com seus outros significativos parece ser o ponto central que diferencia uma avaliação neuropsicológica de um psicodiagnóstico, ainda que, na teoria, encontramos em ambos os processos a descrição dessa possibilidade. Contudo, na prática, este parece ser o ponto central que difere os dois modelos de avaliação psicológica da criança, e um dos pontos de nossa atenção e de nossa crítica, quando se trata de avaliar a infância, quando precisamos articular a avaliação com a educação, com a escola, com as professoras, com a família.

Sustentamos que não se pode perder de vista que a criança que tomamos em avaliação está vivendo o tempo de se estruturar psíquica, subjetiva e cognitivamente, e ela está na dependência de seu entorno para esse processo acontecer, ainda que tenha uma condição cerebral ou orgânica de base. Pesquisas em neurociências, sobre plasticidade neuronal e epigenética¹⁸, demonstram que desenvolvimento neuronal e desenvolvimento psíquico, no campo do outro, se dão entrelaçados. Um não avança sem o outro. E psíquico não pode ser reduzido a cognitivo. Tampouco se desenvolve fora do laço inter-humano, conforme nos ensinam as teorias humanistas.

Uma das questões centrais que precisamos ter em consideração é que um pequeno sujeito, no tempo de construir sua identidade, irá fazê-lo a partir das representações de si mesmo que são ofertadas pelo seu entorno, pelas pessoas que lhe são importantes. Assim, a avaliação psicológica acaba servindo de espelho para a criança descobrir-se e atribuir sentido para a pergunta: quem sou?

Nessa direção, é importante manter abertura ante a questão: o que resulta para a criança quando uma avaliação psicológica cinde as suas dimensões biopsicossocial e se detém ao cerebral e o cognitivo, num tempo tão inicial da vida quanto à infância? E qual os efeitos dela sobre os adultos que tem papel constitutivo para aquela criança? E qual a posição da escola diante disso? A quem interessa a redução ao neurocentrismo?

Não precisamos ler o laudo para termos ciência de que o manejo clínico, no exemplo citado, não está calcado nos princípios humanistas e psicanalíticos e reflete uma compreensão clínica neurocêntrica e superficial, de que o sofrimento psíquico se atenua pela informação ao paciente sobre seu quadro clínico.

A Psicanálise com crianças, sustentada pelos pressupostos sobre a estruturação psíquica, desenvolve avaliação psicodiagnóstica preservando a noção de intersubjetividade, ou seja, na consideração pela transferência, põe em jogo a ética freudiana, inspirada na inclusão do semelhante humano. Assim, sustentamos que um modelo avaliativo de psicodiagnóstico psicanalítico precisa ter uma posição interventiva (BARBIERI, 2008) e subjetivante (JANIN, 2013), ao invés de assumir-se categorizante e individualizante.

¹⁸ Diz respeito à reformulação do paradigma genético. Par aprofundamento, recomendamos a leitura do artigo de Freitas-Silva e Ortega (2014).

Assim, em breves palavras, o psicodiagnóstico interventivo pode viabilizar-se a partir de quatro fundamentos: 1. o conceito de subjetivação/subjetivante, que considera e preserva a complexidade, é já, durante a avaliação, uma ação interventiva estruturante, por que tem efeitos de constituição do eu, da subjetividade, independente haver ou não um quadro orgânico de base; 2. A noção de que a função de um diagnóstico é, por princípio, orientar a intervenção; 3. Os pressupostos neurocientíficos da neuroplasticidade e da epigenética, que permitem-nos guiar nossa ação pela capacidade de resposta da criança e de seu entorno aos movimentos propostos pela ação avaliativa; 4. Reconhece como parte do processo todos os atores educacionais e familiares envolvidos com a criança, escuta-os e com eles dialoga, buscando construir uma verdadeira rede de suporte para o desenvolvimento dos aspectos em atraso. Por fim, esse fazer contribui com o matriciamento de pais e de escolas, na direção de produzir processos não-medicalizantes e despatologizantes, ofertando um caminho alternativo de cuidado com tais situações, reconhecendo as situações de profundo sofrimento de cada criança. Assim, talvez possamos produzir infâncias menos empobrecidas psiquicamente e enriquecidas, capazes de sonhar com um futuro bom, ainda que existam dificuldades.

Referências

- ANCONA-LOPES, Silvia. Apresentação. In: ANCONA-LOPES, Silvia (org). *Psicodiagnóstico interventivo: a evolução de uma prática*. São Paulo: Cortez, 2013.
- APA - AMERICAN PSICHYATRIC ASSOCIATION. *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais – DSM-5*. 5.ed. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.
- BARBIERI, Valéria. Por uma ciência-profissão: o psicodiagnóstico interventivo como método de investigação científica. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 3, p. 575-584, jul./set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/GWWNXvfLGfhWYn43Qn4zXRh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 de jul. 2023.
- CENCI, Angelo Vitório; PETRY, Cleriston. Para além da racionalidade neoliberal: o comum e a práxis instituinte como princípios ético-formativos. *Rev. Educ. Questão*, Natal, v. 58, n. 56, abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/21291>. Acesso em 02 dez. 2023.
- CEZAR, Luciana Poletto Oltramari. *A condição infantil em Freud e sua dimensão ético-formativa*. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul. 2020.
- CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão*. Brasília: CFP, 2010. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/docs/diretrizes.pdf>. Acesso em: 15 de nov. 2023.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Cartilha avaliação psicológica*. Brasília/DF, 2022a. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/08/cartilha_avaliacao_psicologica-2309.pdf. Acesso em: 15 de nov. 2023.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Cartilha neuropsicologia: ciência e profissão*. [S.l.: s.n.], 2022b. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/cartilha_neuropsicologia_2023-1_logo-abep.pdf. Acesso em: 15 de nov. 2023.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Manual neuropsicologia: ciência e profissão*. [S.l.: s.n.], 2023. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Neuropsicologia_manual-4.pdf. Acesso em: 15 de nov. 2023.

CHARLOT, Bernard. A questão antropológica na Educação quando o tempo da barbárie está de volta. *Educ. rev.* v. 35, n. 73, Jan-Fev, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.62350>. Acesso em: 23 de nov. 2023.

CHARLOT, Bernard. *Educação ou barbárie: uma escolha para a sociedade contemporânea*. São Paulo: Cortez Editora, 2020.

CUNHA, Jurema Alcides. *Psicodiagnóstico V*. Porto Alegre: Artmed, 2014.

DALBOSCO, Claudio Almir; SANTOS FILHO, Francisco Carlos dos; CEZAR, Luciana Oltramari. Desamparo humano e solidariedade formativa: crítica à sociedade neoliberal. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 43, e244449, 2022.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CARLI, Fabíola Giacomini. *Medicalização e patologização da infância: epistemologia subjacente e repercussões na escola*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, 2018.

DUNKER, Christian. Epílogo - Crítica da razão diagnóstica: por uma psicopatologia não-toda. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 317-351.

EHRENBERG, Alain. O Sujeito cerebral. *Rev. Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, Vol. 21, n.1, p.187-213, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/Fj667rdMLffMqTmrNHfK7CR/?lang=pt>. Acesso: 07 de jul. 2023.

FIGUEIREDO, Luis Claudio. *Matrizes do Pensamento Psicológico*. 20. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2012.

FRANCES, Allen. *Voltando ao normal*. Rio de Janeiro: Versal, 2016.

FREITAS-SILVA, Luna Rodrigues; ORTEGA, Francisco Javier Guerrero. A epigenética como nova hipótese etiológica no campo psiquiátrico contemporâneo. *Physis, Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 765-786, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/bmZjxdjLrmGWpdHJp6prK7N>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica (1895). In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. Sobre psicanálise “selvagem” (1910). In: FREUD, Sigmund. *Obras incompletas de Sigmund Freud*. Fundamentos da clínica psicanalítica. Vol. 6. Trad. Claudia Dornbusch. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do ego (1921). In: FREUD, Sigmund. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

JANIN, Beatriz. Intervenciones subjetivantes frente al sufrimiento psíquico. In: DUEÑAS, Gabriela, KAHANSKY, Elsa, SILVER, Rosa. *La patologización de la infancia II: Problemas e intervenciones en la clínica*. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2013.

LEBRUM, Jean-Pierre. *A perversão comum: viver juntos sem o outro*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2008.

ORTEGA, Francisco; VIDAL, Fernando. Mapeamento do sujeito cerebral na cultura contemporânea. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.257-261, jul.-dez., 2007. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/916/1560>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

ORTEGA, Francisco. Neurociências, neurocultura e auto-ajuda cerebral. *Interface – comunicação, saúde e educação*, v. 13, n. 31, p. 247-260, 2009.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SILVA JUNIOR, Nelson; NEVES, Antonio; ISMERIN, Augusto; BRITO, Bruna; COSTA, Fabrício Donizete da; SANTOS, Luckas Reis Pedroso dos; SENHORINI, Mario; BEER, Paulo; BAZZO, Renata; GONSALVES, Rodrigo; COELHO, Sonia Pitta; CARNIZELO, Viviane Cristina Rodrigues. *A Psiquiatria sob o Neoliberalismo: da clínica dos transtornos*

ao aprimoramento de si. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 125-175.

VASEN, Juan. *Una nueva epidemia de nombres improprios: el DSM-V invade la infancia en la clínica y las aulas*. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didáctico, 2011.

ZORZANELLI, Rafaela; ORTEGA, Francisco. Cultura somática, neurociências e subjetividade contemporânea. *Psicologia & Sociedade*, 2011, v. 23, esp., p. 30-36, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/xZ36Gqh3f4mZMXpJHYVftdd/>. Acesso em: 07 de jul. 2023.

Como citar este documento:

GIACOMINI, Fabíola; SANTOS FILHO, Francisco Carlos dos; CENCI, Ângelo Vitorio. Avaliação psicológica da criança em tempos de neurocultura e neoliberalismo: sua repercussão na escola. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, v. 30, e15461, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rep.v30.15461>.